



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DA GEOGRAFIA

Juliana Cristina Freitas

João Monlevade – MG

2021

JULIANA CRISTINA FREITAS

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DA GEOGRAFIA

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de Ouro Preto,
como requisito básico para a Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia.**

William Fortes Rodrigues

Orientador

Jacks Richard de Paulo

Avaliador (a)

João Monlevade- MG

2021



FOLHA DE APROVAÇÃO

Juliana Cristina Freitas

A importância da educação ambiental no ensino da Geografia

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Ouro Preto
como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia

Aprovada em 15 de dezembro de 2021

Membros da banca

Dr. William Fortes Rodrigues - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Jacks Richard de Paulo - Universidade Federal de Ouro Preto

Dr^a. Marta Bertin, Coordenadora do Curso de Geografia, certifica a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 13/06/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Bertin, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/06/2022, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0343898** e o código CRC **F98C827B**.

SUMÁRIO

RESUMO.....	04
1. INTRODUÇÃO.....	04
2. METODOLOGIA.....	05
3. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	04
4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GEOGRAFIA.....	06
5. HOMEM E MEIO AMBIENTE	10
6. O PAPEL DAS CRIANÇAS NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL...12	
7. CONCLUSÃO	15
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	15

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DA GEOGRAFIA.

Juliana Cristina Freitas

RESUMO

O presente trabalho pretende identificar as principais características da educação ambiental e sua importância para o ensino da geografia. A educação ambiental é um conteúdo que deve ser explorado nas salas de aula, sobretudo, atrelada à Geografia. Esta, possui um papel fundamental para a formação de cidadãos com hábitos sustentáveis e com consciência ambiental. Sua implementação pode ocorrer de várias formas, com o objetivo de instigar o senso crítico dos discentes.

Palavras-chave: Educação ambiental, Geografia, Meio ambiente.

1. INTRODUÇÃO

Os hábitos adquiridos pelo homem, são moldados ao longo de sua vida, a maior parte deles são herdados pela família, amigos e pelo convívio das pessoas à sua volta. A importância da inserção da educação ambiental, principalmente nos anos iniciais, é uma alternativa de fazer com que as crianças cresçam com práticas sustentáveis, e que as mesmas possam influenciar pessoas ao seu entorno com esse costume.

A educação ambiental é um processo didático voltado para a conscientização ecológica do indivíduo no meio em que se vive. A ideia é difundir um ensino contextualizado, aliado ao ensino da geografia, que promova uma relação saudável entre os seres humanos e a natureza. Quando se trata de educação ambiental os principais pontos a serem abordados são o social, ecológico, econômico, político e ético.

Conforme a Política Nacional de Educação Ambiental, a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal, (Lei 9.795 de 1999, estabelece em seu Art. 2º).

Dessa forma, a implementação pedagógica da educação ambiental atrelada a geografia representa uma forma eficiente para reverter a desvalorização dessa disciplina nas redes de ensino. A geografia tornou-se um dos principais alicerces nas escolas, antes mesmo de ser

sistemizada como ciência. Um dos objetivos das ciências geográficas é compreender as dinâmicas ambientais através da relação do ser humano com a natureza e da interferência humana no meio ambiente.

Observa-se que a educação ambiental deve estar presente em todos os segmentos da educação e níveis da educação formal. A educação ambiental deve estar presente como medida educativa, desenvolvendo-se de maneira interdisciplinar para a reflexão das questões atuais e de que mundo queremos, pondo em prática um pensamento ecologista mundial (MEDEIROS et al, 2011).

Nesse sentido, considerando a importância de discutir as questões ambientais no ambiente escolar, se faz necessário a utilização de metodologias para atingir todos os níveis de ensino, desde os anos iniciais, ao ensino superior. A educação ambiental é uma alternativa de construir uma sociedade consciente e que preserve a natureza, amenizando e prevenindo danos causados ao meio ambiente.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em um estudo de revisão bibliográfica de natureza qualitativa, onde foi realizado um levantamento de artigos relacionados à educação ambiental no âmbito da disciplina de geografia. Como critério de escolha dos mesmos, foram selecionados os que apresentavam melhores metodologias de ensino da educação ambiental, trazendo alternativas eficientes para a inserção desse tema de forma didática e satisfatória. Tendo como objetivo a inserção da educação ambiental por meio da geografia, de forma efetiva, de forma dinâmica, por meio de palestras, gincanas, atividades lúdicas, dentre outros.

3. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Historicamente, o termo Environmental Education (Educação Ambiental) surgiu em 1965, durante a Conferência em Educação na Universidade de Keele na Grã-Bretanha. Nesta época, iniciavam uma série de discussões ambientais em vários países, devido inquietações decorrentes das consequências do desenvolvimento econômico adotado pelos países ricos, como: níveis crescentes de poluição atmosférica nos centros urbanos, rios envenenados por despejos industriais, erosão por perda de cobertura vegetal da terra, perda de fertilidade do solo, entre outros (CARMO et. al, 2012).

A educação ambiental é considerada um processo permanente, onde os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem os conhecimentos, os valores,

as habilidades, as experiências e a determinação que os tomam aptos a agir individual e coletivamente para resolver problemas ambientais presentes e futuros (DIAS, 1992, p. 92).

Em outubro de 1975 na Iugoslávia, aconteceu o 1.º Seminário Internacional de Educação Ambiental. Que contou com especialistas de 65 países e representa um marco conceitual no tratamento das questões ambientais até hoje! Surgindo uma nova ética para tratar as relações sociais que visa à erradicação do analfabetismo, pobreza, poluição, fome... Além da criação de um Programa Mundial de Educação Ambiental (PEDRINI, 1997). Como resultado do Seminário, compilou-se um documento intitulado Carta de Belgrado, que convoca os Estados para a responsabilidade de uma mudança na educação. A carta corresponde ao início da implantação do Programa Internacional de Educação Ambiental — PIEA, que propõe uma estrutura global para a educação ambiental. E estabelece como meta da ação ambiental A melhora de todas as relações ecológicas, incluindo a relação entre os seres humanos e a natureza e das pessoas entre si.

Já em outubro de 1977 na capital da Geórgia (ex-União Soviética) aconteceu a conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, sua organização ocorreu a partir de uma parceria entre a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Desse congresso saíram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a educação ambiental que até hoje são adotados em todo o mundo. Entre as recomendações da conferência de Tbilisi destaca-se ainda que a Educação Ambiental deve considerar o meio ambiente em sua totalidade, em seus aspectos naturais e criados pelo homem. Enquanto processo contínuo e permanente a Educação Ambiental, recomenda-se atingir todas as fases do ensino formal e não formal; examinar as questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional, e internacional, analisando suas causas, consequências e complexidade. A melhora de todas as relações ecológicas, incluindo a relação entre os seres humanos e a natureza e das pessoas entre si.

Desenvolver o senso crítico e as habilidades humanas necessárias para resolver tais problemas e utilizar métodos e estratégias adequadas para aquisição de conhecimentos e comunicação, valorizando as experiências pessoais e enfatizando atividades práticas delas decorrentes (DIAS, 1994).

Outros documentos internacionais orientam as ações da educação ambiental, como o Manifesto pela Vida e a Carta da Terra, que constituem a base de princípios para os processos da Agenda 21. Ela recomenda que os países possam apoiar as universidades e outras

atividades terciárias e redes para Educação Ambiental e o desenvolvimento, podendo estimular as relações de reciprocidade entre as universidades dos países desenvolvidos e em desenvolvimento (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, seção 36.5).

A ECO-92 tem extrema relevância, ele marca a mudança de acento do ideário desenvolvimentista para a noção de "sociedades sustentáveis", construídas a partir de princípios democráticos em modelos participativos de educação popular e gerenciamento ambiental. O Ministério da Educação brasileiro junto a UNESCO promoveu uma oficina de 10 dias, sobre educação ambiental, além de exposições sobre o tema. Consolida-se a Educação Ambiental com mesas-redondas internacionais e debates sobre variados temas ambientais, relacionados à educação. Dentre os vários documentos confeccionados durante a Conferência, destacou-se a Agenda 21. Segundo Dias (2003), a educação ambiental é um processo de aprendizagem interdisciplinar e contínuo voltado ao desenvolvimento de habilidades e comportamentos, ou seja, envolve questões de princípios e valores.

Historicamente, o termo Environmental Education (Educação Ambiental) surgiu em 1965, durante a Conferência em Educação na Universidade de Keele na Grã-Bretanha. Nesta época, iniciavam uma série de discussões ambientais em vários países, devido inquietações decorrentes das consequências do desenvolvimento econômico adotado pelos países ricos, como: níveis crescentes de poluição atmosférica nos centros urbanos, rios envenenados por despejos industriais, erosão por perda de cobertura vegetal da terra, perda de fertilidade do solo, entre outros (CARMO et. al, 2012).

O início da Educação Ambiental ocorreu após a identificação da necessidade e consciência com relação à natureza, já que, o homem passou a perceber que precisava do meio ambiente para viver. Contudo, na mesma época, notou-se um aumento no consumo na proporção de artefatos que prejudicam o meio ambiente, como por exemplo, material descartável, meios naturais não renováveis e também responsáveis pela poluição (SILVA; SILVA, 2020).

Guimarães entende que é pelo processo de transformações sociais, na construção de uma nova visão de mundo, de uma nova racionalidade e seus paradigmas, que se possibilita a realização de novos indivíduos em uma nova sociedade, em um movimento recíproco (dialético de transformação simultânea indivíduo e sociedade), capaz de estabelecer uma nova

relação entre sociedade e natureza e, reciprocamente, entre seres humanos e natureza (GUIMARÃES, 2020, p. 42).

4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GEOGRAFIA

Segundo Alberto (2000), a Geografia e a educação ambiental possuem um objetivo similar: A formação cidadã, este cidadão está estreitamente relacionado a uma metodologia de ensino que valoriza os aspectos, saberes e leituras da realidade cotidiana, através da conciliação exercida pelo professor, problematizando questões que possibilitam relações mais aproximadas e significativas com os conteúdos.

Do ponto de vista de Félix (2019), através do ensino de Geografia é possível inserir as Propostas de Educação Ambiental, há muito delineadas, no mundo real daqueles que estão direta e indiretamente envolvidos no processo formal e informal de Educação. O autor supracitado, ainda afirma que nesse processo, não existe exclusividade de conhecimento, assim como a disciplinaridade não contribui para um olhar capaz de aprender as relações de uma forma mais ampla em sua complexidade.

No tange à contribuição do ensino da Geografia, esta possibilita uma leitura e interpretação do espaço, bem como a compreensão das distintas relações estabelecidas entre os homens e os elementos espaciais. De acordo com Coppati (2016), a Geografia é definida pelo estudo das relações sócio espaciais entre homem e o meio ambiente. Devemos então cultivar formas vantajosas que proporcionem uma conservação e manutenção dos recursos naturais, mantendo um equilíbrio harmônico entre ceder e receber, explorar e conservar, propiciando atitudes e comportamentos positivos, visto que a partir do raciocínio espacial concebido através da geografia, esta forneça elementos e ferramentas para o desenvolvimento de uma conscientização da responsabilidade ambiental individual e coletiva que cada ser humano carrega.

Uma importante função presente no processo de ensino sobre a temática do meio ambiente e suas questões é despertar no alunado um senso crítico que possibilite a estes uma formação compromissada e integral onde os alunos tenham concepção do peso e da importância das decisões e atuações individuais e coletivas socioambientais. Segundo Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009, p.134) a Geografia possui teorias, métodos e técnicas que podem auxiliar na compreensão de questões ambientais no aumento da consciência ambiental das crianças, jovens e professores.

De acordo com Currie, (2016) a educação ambiental, no propósito de desenvolver a interdisciplinaridade, visa com que os indivíduos repensem suas atitudes, tanto localmente

quanto globalmente, desenvolvendo no sujeito novas aprendizagens, sensibilizações, conhecimentos, valores, competências, habilidades e um novo olhar, mais crítico e aguçado. A partir das concepções da autora: As sugestões de trabalho procuram conscientizar os alunos (e os professores) da responsabilidade de cada indivíduo na conservação do meio em que vive. Se não nos conscientizarmos de nossas responsabilidades pessoais, se não percebermos nossa contribuição para o estado atual de nosso planeta, não vai haver ação significativa a favor do meio ambiente.

O ensino da geografia com ênfase na educação ambiental, possibilita a conscientização dos discentes, que crescerão com os valores ambientais sólidos. A educação ambiental não é apenas uma ferramenta para conscientizar, ela contribui na construção de valores sociais, senso crítico, atitudes, compaixão e competências ligadas ao ato de conservar e restaurar o meio ambiente. Dias (1994), completa que a educação ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas, o que significa que ao tratar de qualquer problema ambiental, devem-se considerar todas as dimensões. O autor citado anteriormente ainda afirma que a maior parte dos problemas ambientais tem suas raízes na miséria, que no que lhe concerne é gerada por políticas e problemas econômicos concentradores de riqueza e responsáveis pelo desemprego e degradação ambiental.

A geografia está muito ligada às transformações ocorridas no planeta e no espaço geográfico, as ações que realizamos hoje para com o meio ambiente, serão estudadas e servirão de base para futuros ensinamentos. Na geografia, são estudadas as relações do ser humano e dos fenômenos com o meio ambiente, bem como aprendizados de extrema importância para o seu desenvolvimento.

Para discutir sobre a Educação Ambiental em sala de aula é necessário expor aos alunos sua importância no contexto ambiental, no meio em que se vive, é preciso que eles adquiram a consciência de que podem ser agentes transformadores, que podem mudar a realidade ao seu redor, e que essa realidade de transformar, influenciará em outras realidades, havendo a união das partes com o todo.

Nos últimos anos, têm-se evidenciado mudanças no ensino da Geografia. Um modelo centrado na transmissão da informação, associada a uma ideia de neutralidade, objetividade e racionalidade de aprendizagem, confronta-se hoje outro onde se atribui especial atenção aos conceitos, às atitudes e aos valores éticos (ALBERTO, 2000, p. 117).

O educador ambiental deve procurar colocar os alunos em situações que sejam formadoras, como por exemplo, diante de uma agressão ambiental ou conservação ambiental, apresentando os meios de compreensão do meio ambiente. Em termos ambientais isso não constitui dificuldade, uma vez que o meio ambiente está em toda

a nossa volta. Dissociada dessa realidade, a educação ambiental não teria razão de ser. Entretanto, mais importante que dominar informações sobre um rio ou ecossistema da região é usar o meio ambiente local como motivador. (Vilmar Berna 2004, p.30)

O livro *Ensino da geografia na escola*, de Cavalcante (2012), discursa sobre formação docente integrando teoria e prática. A geografia escolar existente nos Parâmetros Curriculares Nacionais — PCNs, onde o meio ambiente passa a ser um tema transversal nos currículos básicos do ensino fundamental, isto é, corresponde ao método pelo qual os alunos constroem o conhecimento, e deve ser estudado em todas as séries e em todas as disciplinas, ou seja, independente da ciência que o professor lecionar ele deverá abordar temas ambientais.

Além de fortalecer para os professores a importância de se trabalhar a educação ambiental para transformação da conscientização dos indivíduos, os PCNs incluem conceito construtivista de uma perspectiva histórica e cultural. A Geografia está amplamente ligada à questão ambiental. Segundo o PCN de meio ambiente, a Geografia juntamente com a História e as Ciências Naturais são as tradicionais parceiras para o desenvolvimento dos conteúdos relacionados ao meio ambiente, pela própria natureza dos seus objetos de estudo (BRASIL, 1998, p. 194).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania (BRASIL, 1998, p. 5).

Assim, o professor interventor surge como uma figura de suma importância para o desenvolvimento do aluno e de seu aprendizado, levando-o a interagir com o meio na busca de um conhecimento contextual elaborado a partir das trocas sociais vividas em seu cotidiano. De acordo com Jacobi (2003), a função do professor é ser mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza.

Meyer (2011), completa que o professor deve saber modificar e motivar o seu futuro educando para que esse, conheça o valor da sua importância em contribuir para a sustentabilidade do planeta e a capacidade dele de poder transformar e criar novos horizontes para si mesmo e para o entorno onde vive. O professor é o mediador de seus alunos e facilitador de um novo saber”.

Vygotsky (1998) acredita que o objetivo do ensino é o desenvolvimento dos alunos, por meio da construção e seu próprio, conhecimento e da intermediação do professor. A escola é um ponto de encontro e cultura, ciências e conhecimento diário. A geografia pode ser construída por alunos e professores em situações cotidianas, no caminho de casa para a escola ou em jogos, é importante incluir essa geografia cotidiana na sala de aula e utilizá-la para estudar conteúdos e conceitos geográficos e ambientais.

A educação ambiental deve ser aprendida na escola, visto que as questões e discussões podem formar valores, crenças e a natureza sobre o meio ambiente. Este tema precisa ser tratado de forma holística, incluindo não só os aspectos naturais, mas também os sociais e econômicos, de modo a construir uma ética ambiental com os alunos e orientar as práticas de democracia, solidariedade e respeito ao meio ambiente. Cavalcante (2012) expõe as mudanças que podem ser trazidas para as escolas e turmas devido ao avanço tecnológico e o surgimento da cultura da mídia na sala de aula. A cultura do mundo tecnológico é dotada de informações geográficas, para conectar esses diferentes resultados da cultura exposta pela ciência humana sendo considerados relacionados com a formação dos alunos. Recomendações recentes para esta categoria de ensino são baseadas na necessidade de trabalho de conteúdo.

Segundo Castro Giovani (2014), expõem a necessidade de aproximar a escola ao cotidiano do aluno para torná-la interessante. Resolver problemas, relacionados com estratégias de ensino de geografia na fase inicial de desenvolvimento da aprendizagem. Trazer os exemplos usados em sala de aula, fornecem materiais que auxiliam os professores na aplicação de métodos, que facilitam o processo de ensino.

Para Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009, p.134) a Geografia possui teorias, métodos e técnicas que podem auxiliar na compreensão de questões ambientais no aumento da consciência ambiental das crianças, jovens e professores. A formação docente, onde o professor deve ser um pesquisador contínuo, com domínio dos conteúdos geográficos a ser ensinado.

5. HOMEM E O MEIO AMBIENTE

Sabendo-se que, o homem é um dos causadores de grande parte dos problemas ambientais, pois fazem uso dos recursos naturais de maneira imprópria, impulsionando as numerosas sequelas, especialmente ao meio ambiente que está sendo degradado com maior frequência, no qual o ser humano observa apenas o seu ganho em detrimento da degradação do ambiente (VIANA et al, 2019).

O estudo relacionado entre o homem e o meio ambiente fornece subsídios teóricos para se discutir as questões ambientais. Embora suas dimensões e interpretações variem, a educação

ambiental tem seus próprios conceitos baseados na valorização, conscientização e reconstrução coletiva do trabalho para melhorar a qualidade de vida de todos.

A educação ambiental tenta despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente. Ela tenta superar a visão antropocêntrica, que fez com que o homem se sentisse sempre o centro de tudo, esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante (MOUSINHO, 2003, p. 01).

A educação ambiental é multidisciplinar no que lhe concerne a geografia permite o estudo do meio ambiente com base nas relações do ser humano com espaço como isso em mente deve considerar a compreensão dos problemas socioambientais que envolvem a relação da sociedade com o meio ambiente. Demanda o entendimento dos impactos em escala global e local, requer uma abordagem que identifique as características naturais, culturais e econômicas da área estudada.

No Brasil, fez-se obrigatório nacionalmente através da Constituição Federal do ano de 1988. Assegurada pelo governo Federal, Estadual e Municipal, porém, passou-se alguns anos, respectivamente, dois anos e infelizmente não havia nenhuma política pública voltada para estabelecer a Educação Ambiental na rede de ensino, diante da esfera nacional. Restando, por conseguinte ao Conselho Nacional do Meio Ambiente estabelecer a finalidade e procedimentos para executar no Brasil, uma política acerca desse tema (PINHEIRO; NETO; MACIEL, 2021).

Os brasileiros possuem direitos e deveres assegurados pela constituição e a educação é um direito garantido. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no artigo 225, inciso primeiro do VI parágrafo, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A Educação Ambiental deve ser favorecida em todos os níveis de escolaridade. Seu grande estímulo é ir além da aprendizagem comportamental, induzindo a construção de uma cultura cidadã e na formação de atitudes ecológicas. Em 27 de Abril de 1999, a Educação Ambiental tornou-se lei em pela Lei nº 9.795 (Política Nacional de Educação Ambiental), onde estabelece: “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competência voltadas para a conservação do Meio Ambiente, como um componente essencial e permanente da educação nacional”.

Para conscientização e preservação do meio ambiente. Existe uma tendência em querer separar o conhecimento e/ou fragmentá-lo, como se não existisse uma ligação das partes, como se o conhecimento individual fosse por si só suficiente.

Os problemas ambientais ocorrem em nível global, no entanto, também ocorre na escala local, que está interligado, por isso é preciso inserir as partes no global. Segundo Morin (2006, p.37), o global é mais que o contexto, é o conjunto das diversas partes ligadas a ele de modo inter-retroativo ou organizacional. Dessa maneira uma sociedade é mais que um contexto é o todo organizador de que fazemos parte. O todo tem qualidades ou propriedades que não são encontradas nas partes, se estas estiverem isoladas umas das outras, e certas qualidades ou propriedades das partes podem ser inibidas pelas restrições provenientes do todo.

Os problemas ambientais estão cada vez mais recorrentes em nossas vidas. O mundo está se tornando cada vez mais globalizado e as cidades estão experimentando o acelerado crescimento, os espaços verdes dão lugar a edificações, o meio ambiente cada vez mais explorado e degradado, isso faz com que as crianças tenham cada vez menos contato com a natureza.

De acordo com o Art. 1º Lei nº 9.795 de 27 de Abril de 1999, " Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (Brasil 1999).

A falta de práticas de conservação ou preservação do meio-ambiente pode ser interpretada como uma cultura gerada temporalmente, pelo intenso consumo da sociedade, ocasionado pela evolução das técnicas, meios e formas de produzir além do necessário, o qual ocasiona direta e indiretamente um desequilíbrio que tende cada vez mais se expandir em diversas escalas. O mundo atual, segundo Leff (2012), vivencia uma intensa crise ambiental, o que resulta na possibilidade de os indivíduos agirem em busca de comportamentos que resulte na finitude de tal crise, agravada essencialmente pelo padrão de consumo presentes indivíduos, que tende a pedrar cada vez mais os recursos naturais, aumentando o desequilíbrio presente no meio ambiente.

Nesse contexto fica mais do que necessário a inserção da educação ambiental não só no ambiente escolar, mas também no acadêmico buscando transformar os alunos em atores participativos individual e socialmente no envolvimento crítico social, visto que, segundo Castro (2020, p 512), o desafio ambiental colocado à humanidade na contemporaneidade

consiste em articular os estilos de vida e os projetos socioambientais aos limites da capacidade de suporte.

6. O PAPEL DAS CRIANÇAS NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O ambiente escolar tem um papel fundamental na formação do cidadão. Promover a educação ambiental nas escolas contribui para a construção de uma sociedade consciente e responsável. Os alunos ao compreenderem a importância de preservar o meio ambiente, e transmitem esse conhecimento aos pais, aos familiares, amigos e todos à sua volta.

Cunha (2019) afirma que a educação infantil é o início da educação básica. Tendo como princípio básico a educação e o cuidado, e com isso, a escola acaba com uma incumbência demasiada, principalmente na formação moral e ética desses cidadãos de um futuro próximo.

Aplicando a educação ambiental a partir da educação infantil, descreve-se que é um método transformador, no qual ensinará sobre diversos temas essenciais para a educação ambiental, como por exemplo, a reciclagem, consciência ambiental e como cuidar do meio ambiente, e dentro outros assuntos, por intermédio da educação escolar iniciando na educação infantil (CUNHA, 2019).

As crianças absorvem as informações mais rápido do que os adultos, visto que elas herdarão a responsabilidade de cuidar do planeta. O envolvimento delas na educação ambiental é fundamental para a garantia da sustentabilidade. Quando o professor realiza, algum trabalho envolvendo práticas ambientais, seu objetivo é despertar nos alunos a importância do desenvolvimento sustentável. Para trabalhar a sustentabilidade na escola, é necessário prática e um ambiente propício.

A cada dia que passa a questão ambiental tem sido considerada como um fato que precisa ser trabalhado com toda a sociedade e principalmente nas escolas, pois as crianças bem informadas sobre os problemas ambientais vão ser adultos mais preocupados com o meio ambiente, além do que elas vão ser transmissoras dos conhecimentos que obtiveram na escola sobre as questões ambientais em sua casa, família e vizinhos (MEDEIROS et al. p.02).

O processo de ensino para as crianças é muito mais eficaz do que para os adultos. As crianças de hoje serão os adultos de amanhã, então devemos ensiná-las agora (criando mentes conscientes) para que no futuro, saibam o que devem ou não fazer. O professor é o gatilho, ele quem deve incentivar e cativar os alunos a aprender e a aplicar o desenvolvimento sustentável.

Contudo, não é tão fácil promover a Educação Ambiental, as principais dificuldades vão desde a conscientização, formação, implantação de atividades e projetos, principalmente na manutenção destas ações já existentes. Nesse contexto, a educação ambiental é um

processo onde o aluno passa a entender as questões ambientais, desenvolve novos entendimentos sobre o meio ambiente e se torna um transformador da proteção ambiental.

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e adolescência, que com frequência a instrução extingue e que, ao contrário se trata de estimular ou, caso esteja adormecida de despertar (MORIN 2006, p. 39).

A educação Ambiental surge como uma nova forma de educar, com objetivo central de transmitir conhecimento para a população, despertando a compreensão e consciência ecológica em cada um, remodelando assim, a relação entre homem e meio ambiente. De acordo com Leff (2012), o ensino precisa impulsionar e estimular as capacidades cognitivas, reflexivas e criativas dos educandos por meio da interligação do conteúdo ministrado ao cotidiano e contexto social e ambiental inseridos. Jacob (2003) entende que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas ela ainda não é suficiente, Reigota (1998), ao expressar sobre os desafios da educação ambiental escolar assinala que:

A educação ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais justas e pacíficas (REIGOTA, 1998).

Ela capacita ao pleno exercício da cidadania, através da formação de uma base conceitual abrangente, técnica e culturalmente capaz de permitir a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio. Com a intensificação do desenvolvimento sustentável nos últimos anos principalmente em função do grande desenvolvimento econômico e tecnológico que, apesar de trazer benefícios à sociedade contribui com a degradação do planeta, causando inúmeros problemas ambientais. E objetiva melhorar a qualidade de vida e ambiental da população, com o fim maior de garantir o desenvolvimento sustentável, formando cidadãos aptos [...] para que desenvolvam ações transformadoras contínuas, com o intuito de reverter o processo de degradação socioambiental existente (OLIVEIRA, 2003, p. 11).

Torna-se cada vez mais uma difusão incorporada nos diversos segmentos da nossa sociedade em virtude da constante preocupação com os problemas ecossistêmicos. Para se chegar a uma sustentabilidade socioambiental é preciso que haja a produção de conhecimento, que se dá através das interrelações do meio natural com o meio social, gerando assim, um senso crítico frente ao contexto do degradador ambiental. É preciso haver uma mudança

radical nos valores e nos comportamentos da sociedade, que muitas vezes visam apenas um crescimento econômico, mas este deve ser aliado ao meio ambiente em busca do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável vem como uma forma de equilibrar as atividades essenciais para a vida do ser humano. Alguns autores ainda ressaltam que esse desenvolvimento vem sendo associado à perspectiva de um país em manter uma atividade por um longo prazo, ou até mesmo fazer com que não se esgote. (ARRUDA E QUELHAS, 2010). Como destaca Leff e Garcia, (1994), o saber ambiental requer uma problematização dos paradigmas do conhecimento, das práticas de pesquisa e das ideologias da teoria e a prática, isto é, requer ser pensado desde o paradigma da complexidade. A exposição do saber que expressa a problemática ambiental, não é a soma nem a integração dos conhecimentos disciplinares tradicionais, que foram externalizados ao ambiente.

A partir dessas reflexões é possível criar oportunidades para a formação de novos atores em defesa dessas práticas ambientais, visando à redução de riscos e da degradação ambiental constantes na sociedade atual. A geografia é uma grande contribuição, porque analisa o espaço geográfico como transformação social. Andrade (2008, p.14), define a Geografia como: “A ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza”, ou melhor, como a sociedade organiza o espaço terrestre, visando melhor explorar e dispor dos recursos da natureza.

O conhecimento ambiental é um componente essencial, pois oferece motivos que levam os alunos se reconhecerem como parte do meio em que vivem e faz pensar em alternativas para soluções de problemas ambientais e ajudar a manter os recursos para as futuras gerações (SATO 2004).

As concepções e práticas da educação ambiental, mas especificamente sobre educação ambiental crítica, na formação de professores em Geografia é importante porque é cada vez mais difundida e incorporada nos diversos segmentos de nossa sociedade. O ambiente escolar tem um papel fundamental na formação do cidadão. Diante disso, promover a educação ambiental nas escolas contribui para a construção de uma sociedade consciente e com uma responsabilidade ambiental.

7. CONCLUSÃO

Diante das bibliografias consultadas, foi possível compreender que educação ambiental deve ser entendida como o processo incessante de construção e elaboração na relação ensino-aprendizagem, fornecendo diferentes modos de interpretação dos conteúdos, na prática. Sendo possível constatar o papel do ensino de geografia como aquilo que norteará para uma exploração das manifestações e formas presentes na transformação do espaço, este agora como aquele fruto resultante das ações do homem no meio, contribuindo ainda através da leitura espacial resultando na compreensão das relações presentes na dinâmica relação sociedade.

Os desafios apresentados na prática da Educação Ambiental consistem nos anos iniciais de aprendizagem, sendo promovido neste período a formação de uma consciência sólida de uma sociedade sustentável. A Geografia e a Educação Ambiental são temas de extrema importância no contexto social e educacional, vale lembrar a importância da compreensão e participação da família no cenário em que está inserido o ambiente e a educação, levando-se em conta a preservação do meio em que vivemos.

Por fim, os desafios da inserção da educação ambiental nos ensinamentos da geografia é um assunto que vem sendo, cada vez mais, discutido. Diante da preocupação com o meio ambiente e com o meio em que vivemos, é importante que esse tema seja cada vez mais abordado de forma efetiva, a fim de construir uma sociedade ambientalmente consciente e com pensamentos sustentáveis.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, A.F. O contributo da educação geográfica na educação ambiental: o caso da Geografia no ensino secundário. Inforgeo, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 117-136.

ANDRADE, Manoel Correia. Geografia. Ciência e sociedade: Uma introdução do pensamento Geográfico Recife: EDUFPE, 2006.

BRASIL. Lei 9.795, de 29 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Brasília, 1999. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 1998. 156p

BRASIL. Lei 6.938. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 31 ago 1981.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 25 nov. 2021.

CASTRO GIOVANI AC; CALLAI HC; KAERCHER N, O ensino de Geografia - práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Editora Mediação, 11ª ed. 2014.

CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Campinas (SP): Conferência das nações unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento (CNUMAD). Agenda 21. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1992.

CUNHA, A. R. N. A educação ambiental aplicada na educação infantil: um estudo sobre o trabalho realizado em uma escola de educação infantil da cidade do Rio de Janeiro. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 03, Vol. 07, pp. 145-159. Março de 2019. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/educacao-ambiental-aplicada>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CURRIE, K. L. Meio ambiente: Interdisciplinaridade na prática. Campinas: Papirus, 2016.

COPATTI, Carina. O ensino da geografia na contemporaneidade e a prática docente para o despertar da criatividade. Espaço & Geografia, Vol.20, Nº 1 (2017), 45:67 ISSN: 1516-9375

DIAS, G.F. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo, Gaia, 1992. DIAS, G.F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo, Global, 1994. DIAS, Sergio Roberto. Gestão de Marketing. São Paulo: Saraiva, 2003.

GUIMARÃES, M. A formação de educadores ambientais. Campinas: Papirus, 2020.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental: Cidadania e Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118. São Paulo; USP, 2003.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder: Tradução de Lucia Mathilde Endlich Ort, Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

LEFF, E. Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidad, complejidad, poder. Siglo XXI/CEIHH-UNAM/PNUMA, 1998.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEDEIROS, Monalisa Cristina Silva; RIBEIRO, M aria da Conceição Marcolino; FERREIRA, Catyelle M aria de Arruda. Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011.

MEYER, Raquel Camargo Valery. Educação Ambiental: Um Desafio para as Novas Práticas Educacionais na Formação do Professor. Monografia para Especialização em MBA-Gestão Ambiental e Práticas de Sustentabilidade. 2011. São Caetano do Sul

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 337.

Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União.

OLIVEIRA, M. V. C. Princípios básicos de saneamento do meio. São Paulo: Senac, 2003
Ministério do Meio Ambiente – Carta de Belgrado
DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004.

PINHEIRO, A. A. S.; NETO, B. M. O.; MACIEL, N. M. T. C. A importância da educação ambiental para o aprimoramento profissional, docente e humano. Revista Ensino em Perspectivas, v.2, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4544>>. Acesso em: 01 Mar. 2021.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. Trajetórias da Educação Ambiental. In: PEDRIANI,

PONTUSCHKA, N. N; PAGANELLI, T. I; CACETE, N. H. Para ensinar e aprender Geografia. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

REIGOTA, M. A Floresta e a Escola: por uma educação ambiental pós-moderna 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, L. O. A importância da educação ambiental. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, Ed. 10, v. 05, pp. 91-101, outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ambiental>>. Acesso em: 30 Mar. 2020.

Silva, F. P.; Silva, C. C. Uma abordagem sobre a importância da interdisciplinaridade no ensino da Educação Ambiental na escola. Revista Brasileira de Meio Ambiente, v. 8, n. 4, p. 057-067, 2020. Disponível em: <<https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/534>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

VIANA, E. C. S.; JUNIOR, G. M. O.; SOBRAL, E. C. L. M. N. C.; SOBRAL, S. E. C.; LIMA, O. M. L. A educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental. Id onLine Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v.13, n. 44, p. 620-634, 2019. Disponível em: . Acesso em: 05 Mar. 2020.

VERGARA Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VYGOTSKY, L. S. (1998). Pensamento e linguagem. Rio de Janeiro: Martins Fontes.